

Os programas de inclusão digital do Governo Federal sob a óptica da competência informacional

Taliana da Silva Martins*

Elaine Rosangela de Oliveira Lucas**

Resumo Apresenta um estudo sobre como o Governo Federal trabalha as desigualdades causadas pela exclusão digital. Neste contexto foram mapeadas as iniciativas públicas em inclusão digital na esfera federal, nos últimos dez anos considerando-as sob a óptica do conceito de competência informacional. Constatou-se que a política de governo eletrônico brasileiro está atrelada às iniciativas de inclusão digital e que o setor federal brasileiro está investindo na construção de uma infra-estrutura tecnológica de acesso e na capacitação tecnológica do cidadão. Ademais, cabe ainda ao Governo Federal aumentar os investimentos nas ações que possibilitam as camadas menos favorecidas da sociedade desenvolverem competências necessárias para o uso efetivo da informação, como recurso para o exercício da cidadania.

Palavras-chave inclusão digital; competência informacional; governo eletrônico; exercício da cidadania; tecnologia da informação

Federal digital inclusion programmes from the viewpoint of informational competency

Abstract This is a study on how the Federal Government faces inequalities caused by digital exclusion (or “digital divide”). It maps out public initiatives in digital inclusion in the federal sphere in the last ten years, considered from the point of view of the concept of “informational competency”. Brazilian e-government policy is tied to digital inclusion and the federal government invests in building a technological access infrastructure and in technological citizenship. Moreover, the government must increase investment in actions allowing least-favoured strata of society to develop the necessary competencies for the effective use of information as a resource for citizenship.

Keywords digital inclusion; informational competency; electronic government; citizenship; information technology

* Bacharel em Biblioteconomia – Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Endereço postal: Rua Professora Maria Flora Pausewang, 109, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, CEP: 88036-800, telefone (48) 9919-0518 e e-mail taliana_martins@hotmail.com

** Professora do Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação da Faculdade de Educação, UDESC. Endereço postal: Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, CEP 88.035-001, telefone (48) 9971-8584 e e-mail lani@udesc.br

Introdução

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em particular a internet, provocou na sociedade uma mudança nos modelos econômicos, sociais, políticos e educacionais. Nesse novo cenário, a informação adquiriu caráter de bem público, e seguindo o pressuposto de que a informação está estritamente ligada ao desenvolvimento de ações democráticas, o seu usufruto fundamenta-se hoje, na condição de entrada dos indivíduos que estão à margem da Sociedade da Informação.

Partindo do princípio de que a informação é potencializadora da construção de práticas cidadãs, em especial a informação pública, cabe ao Estado a responsabilidade de promover o seu acesso e fornecer os subsídios necessários para o seu uso efetivo. Esse direito é certificado na Constituição Brasileira de 1988, no art. 5º - inciso XXXIII:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1995)

No sentido de assegurar essa condição, cada vez mais administrações públicas se utilizam das TICs, num conjunto de políticas denominadas de governo eletrônico (e-Gov). Em ações que visam principalmente melhorar a prestação de serviços públicos, imprimir transparência em seus atos e maximização da participação popular, por meio da democratização da informação em portais governamentais na rede.

Porém, é necessário ressaltar que em uma realidade como a brasileira, em que o preço do acesso à internet e aos equipamentos de informática ainda é elevado, e onde boa parte da população oscila entre a alfabetização e o letramento¹, somente a disponibilização às informações públicas não é o bastante para inserção de um “cidadão político”. É necessário acima de tudo, que o Estado atue norteado à conscientizar os indivíduos da importância do uso da informação, como elemento para o desenvolvimento de sua cidadania, como destaca Barreto (2002, p.05):

“Democratizar a informação não pode assim, envolver somente programas para facilitar e aumentar o acesso à informação. É necessário que o indivíduo tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade em que vive.”

¹ Segundo Soares (2004) a alfabetização é um processo de aquisição do sistema de uma escrita alfabética e ortográfica, enquanto Letramento é a capacidade de uso deste sistema em atividades de leitura e escrita para práticas sociais.

Desse modo, os processos de inclusão digital e de competência informacional emergem como possibilidades para o avanço do governo eletrônico brasileiro, já que se apresentam como solução às limitações de ordem sócio/econômica e do baixo nível educacional da população.

Diante do contexto exposto, decidiu-se identificar e caracterizar as iniciativas públicas de inclusão digital, em esfera federal, dos últimos dez anos (1998-2008); e categorizando estas iniciativas de acordo com as três concepções da competência informacional de Dudziak: inclusão digital, inclusão informacional e inclusão social. (DUDZIAK, 2003)

Revisão de literatura

No decorrer do texto a seguir são apresentados os conceitos e as noções básicas das duas temáticas envolvidas neste estudo: inclusão digital e competência informacional.

Inclusão Digital

O maior acesso à informação poderá conduzir a sociedade e relações sociais mais democráticas, mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes [...]. No novo paradigma, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição necessária, ainda que não suficiente, para a inserção dos indivíduos como cidadãos. [...] Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor do interesse e necessidades individuais e comunitários. (TAKAHASHI, 2000, p.7)

Ao mesmo tempo em que proporciona o acesso em tempo real sobre diversas fontes de informação, as tecnologias de informação e comunicação exigem de seus usuários habilidades e conhecimentos para lidar com a informação disponibilizada. Somado a isso, os custos envolvidos na aquisição de computadores e de acesso a internet, acarretaram na sociedade brasileira o surgimento de uma brecha digital. Face a essa lacuna, a questão da inclusão digital apresenta-se como fundamental ao desenvolvimento sócio/econômico das sociedades, já que vive-se numa era digital, onde cada vez mais as relações estão sendo mediadas pelos equipamentos tecnológicos, assim como as mídias eletrônicas configuram-se como as mais influentes para aquisição da informação.

Segundo Borges (2005), as tecnologias da informação e comunicação podem servir de instrumento para as práticas democráticas, desde que os indivíduos tenham o acesso físico e intelectual às informações estabelecidas nesses meios.

Para Rondelli (2003) a inclusão digital “[...] é aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e produtor de seus conteúdos e processos”. De acordo com Sorj (2003 apud ALBUQUERQUE, 2005) a ocorrência da inclusão digital relaciona-se a presença de cinco fatores:

- 1) A existência de infra-estruturas físicas de transmissão;
- 2) A disponibilidade de equipamentos/conexão de acesso (computador, modem, linha de acesso);
- 3) Treinamento no uso dos instrumentos do computador e da internet;
- 4) Capacitação intelectual e inserção social do usuário, que determina o aproveitamento efetivo da informação; e
- 5) A produção e o uso de conteúdos específicos às necessidades dos diversos segmentos populacionais.

Já para Silveira (2003 apud BORGES, 2005, p.47) as propostas de inclusão digital podem ser analisadas por três focos distintos:

- 1) Ampliação da cidadania (direito de interagir e se comunicar através das redes informacionais);
- 2) Inserção no mercado de trabalho (profissionalização e capacitação); e
- 3) Educação (formal e sociocultural).

Desse modo, fica evidente que os ganhos da inclusão digital extrapolam o indivíduo, ou seja, a partir do momento em que o cidadão incluído usufrui das tecnologias como ferramenta para acessar a informação e passa a gerar e compartilhar conhecimento, ele abre caminhos para a inclusão social e ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Como alega De Luca (2004, p.09):

[...] do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa ampliar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da auto-estima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

Assim, o conceito de inclusão digital abarca o acesso aos bens tecnológicos, até a capacidade dos indivíduos em manuseá-los com autonomia, buscando a apropriação informacional para mobilizar o exercício da cidadania. Nesse contexto, como afirma Borges (2005, p.58) “[...] não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e o maior problema da inclusão social não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação”. Inerente a isso, para uma melhor compreensão dessa questão, o conceito de competência informacional é discutido no item a seguir.

Competência Informacional (Information Literacy)

Na nova economia, não basta dispor de uma infra-estrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que as pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e assim garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas sobretudo inovar. (TAKAHASHI, 2000, p.07)

Em função da explosão informacional impulsionada pelas tecnologias da informação e comunicação, a expressão Information Literacy (IL) surgiu há cerca de trinta anos juntamente com a Sociedade da Informação. Referindo-se basicamente “[...] a construção de significados a partir da informação [...] ligada aos processos de investigação, ao pensamento crítico e ao aprendizado independente” (DUDZIAK, 2001), a IL é traduzida para o idioma português como: alfabetização em informação, letramento, literacia da informação, competência informacional, sendo esse último utilizado neste estudo, já que seu conceito abarca os termos habilidades, capacidades e conhecimentos.

Tendo sido mencionada pela primeira vez na literatura, pelo bibliotecário americano Paul Zurkowsky no documento intitulado *The Information Service Environment Relationships and Priorities*, a competência informacional foi idealizada durante a década de sessenta sob o ponto de vista de “[...] referência ao contexto da sociedade da informação (nos EUA e na Europa) e afirmação da necessidade de ser capaz de ‘dominar’ a informação, mas sem a identificação de habilidades específicas” (BEHRENS, 1994 apud HATSCHBACH, 2002, p.23), com destaque para o bibliotecário americano Major R. Owens que, segundo Dudziak (2001, p.23), na época já avaliava a competência informacional como “elemento essencial a democracia e a constituição da cidadania”.

Para Dudziak (2003), na década de oitenta (Figura 3) a competência Informacional inicialmente teve seu conceito relacionado à capacitação tecnológica, e seu aspecto era visto como instrumental. Ainda segundo a autora, esse período foi marcado pela publicação de um dos mais importantes documentos para a competência informacional, o *Presential Commite on information literacy: Final Report*, desenvolvido pela American Library Association (ALA). Para a ALA (1989 apud DUDZIAK, 2001, p.32):

Para ser competente em informação uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela.

Enquanto a década de oitenta ficou marcada pelo desenvolvimento tecnológico, para Dudziak (2003), na década de noventa, houve a necessidade de uma maior fundamentação teórica sobre a competência informacional, evidenciada principalmente nos trabalhos de Doyle (*Information literacy in a Information Society: a concept for de information age*, 1994), Behrens (*A conceptual analysis and history overview of information literacy*, 1994), e Kuhlthau (*Seeking meaning*, 1993). Vista sobre o prisma de processos cognitivos de uso e busca de informação para

a tomada de decisão e geração de conhecimento, a competência informacional nesse período adquiriu proporções universais, sendo discutida em vários continentes.

Conforme exposto, o conceito da competência informacional foi construído de forma evolutiva, ou seja, ao passar das décadas, a cada novo estudo novas características são incluídas a sua definição.

Concepções da competência informacional

Concebida como um processo amplo que possibilita aos indivíduos determinar suas necessidades informacionais, localizar e acessar informações relevantes, como também avaliá-las e utilizá-las eticamente para os diferentes fins, a Competência Informacional segundo os estudos de Bruce (2003), Dudziak (2001; 2003), Ferreira e Dudziak (2004) pode ser vista sobre diferentes níveis de complexidade de utilização da informação. Enquanto Bruce apresenta sete concepções para a competência informacional derivadas de um estudo experimental com professores universitários australianos, Dudziak desenvolveu três concepções baseadas em revisão de literatura: inclusão digital, inclusão informacional e inclusão social, sendo essas a base teórica para a aplicação do estudo aqui apresentado, e que são descritas conforme segue:

Inclusão digital: ênfase nas tecnologias da informação e comunicação

Conceber a competência informacional nessa concepção é associá-la a sociedade da informação, caracterizada pela forte influência tecnológica traduz-se na capacidade de os indivíduos utilizarem equipamentos e ferramentas para acessar e recuperar informações em ambiente eletrônico. Focada no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos puramente mecânicos, a competência informacional, com ênfase nas tecnologias da informação, é obtida através do oferecimento de uma infra-estrutura tecnológica e de um processo de aprendizagem voltado basicamente ao entendimento do funcionamento de hardware e software, e do uso de aplicativos e mecanismos de busca automatizados.

Inclusão informacional: ênfase nos processos cognitivos

Nessa concepção, a competência informacional é vista como um processo para a construção do conhecimento. Visto como aprendiz, o indivíduo é estimulado à reflexão, à análise, ao pensamento crítico e à compreensão da informação para a resolução de problemas em situações particulares, que variam de acordo com sua estrutura cognitiva pré-existente, onde ativamente altera significados e cria novos entendimentos. Incorporada à sociedade do conhecimento, a competência informacional nessa concepção preocupa-se com a construção do saber, abrangendo conteúdos informativos com mais profundidade, engloba habilidades e conhecimentos de busca e uso da informação para a realização de tarefas e tomada de decisão.

Inclusão social: ênfase na construção da cidadania

A competência informacional com ênfase na construção da cidadania incorpora as concepções anteriormente descritas, pressupondo o fenômeno do saber voltado para o contexto social. Mais do que capacitação tecnológica e processos cognitivos individuais, a informação e o conhecimento assumem valores éticos e responsáveis, em benefício de todos, focadas nas relações sociais. O indivíduo não é mais considerado isoladamente, visto de maneira holística atua buscando solucionar problemas locais e sociais. A competência informacional nessa concepção, portanto envolve o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais que envolvem a apropriação informacional de conteúdos específicos para cada comunidade, em determinado momento, visando o pleno exercício da cidadania.

O estudo

Registra-se que para a identificação das ações em inclusão digital, optou-se pela análise dos programas existentes no “Portal de Inclusão Digital do Governo Federal²”, desenvolvidos nos últimos dez anos (1998 – 2008) e as concepções da competência informacional que subsidiaram a análise foram as de Dudziak, assim, cada projeto foi categorizado à luz de uma das três concepções supra citadas.

Ações do Governo Federal em inclusão digital

Casa Brasil

Com o anseio de inserir a inclusão digital como política pública do Governo Federal, o projeto Casa Brasil foi idealizado com a finalidade de:

[...] implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. O projeto **propõe o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação visando capacitar os segmentos excluídos da população [...], buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza.** (BRASIL, 2004b, p.2, grifo nosso).

² Lançado em 2006, com a finalidade de centralizar e disseminar informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, para o combate da exclusão digital no Brasil. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br>.

Derivado do Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBDI), lançado em 2004 pelo Governo Federal, que tem por base “[...] investimentos em telecentros; gestão comunitária desses telecentros; e uso de software livre” (CORRÊA, 2005, p.126), o projeto Casa Brasil configura-se como unidades funcionando em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), através de:

[...] um espaço comunitário de acesso universal, livre e gratuito, constituído por uma “estrutura modular”, isto é, um local para uso comunitário planejado para reunir diversos módulos implantados simultaneamente ou em etapas. A participação popular, através do conselho gestor local, auxiliará na utilização do espaço pela comunidade. (BRASIL, 2004b, p.4).

Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)

Idealizado com o propósito de promover à universalização do acesso a rede mundial de computadores a todas as regiões do país, privilegiando as áreas que não possuem telefonia fixa e de difícil acesso, o programa GESAC – Governo Eletrônico de Serviço e Atendimento ao Cidadão foi criado em 2002 via portaria nº 256, sob responsabilidade do Ministério das Comunicações (MC).

Segundo a Cartilha do programa GESAC (BRASIL, 2007a), é através da implementação dos Pontos de Presença (PPs) – espaços públicos providos de equipamentos tecnológicos e conectividade (via satélite – antena GESAC), para o uso em atividades de inclusão digital, em entidades de ensino, saúde, segurança e outras de serviço público, que será possível incentivar a infoinclusão, o desenvolvimento local e a ampliação da cidadania através de relacionamento eletrônico entre indivíduos e governo.

Maré – Telecentros da Pesca

No sentido de inserir o segmento pesqueiro artesanal brasileiro na sociedade da informação, a Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) desenvolveu o projeto Maré – Telecentros da Pesca, visando promover o desenvolvimento econômico/social, por meio do usufruto das tecnologias da Informação e comunicação em iniciativas educativas.

Telecentro de Informação e Negócios (TIN)

Idealizado no Fórum Permanente das Microempresas (MP) e Empresas de Pequeno Porte³ (EPP), o Telecentro de Informação e Negócios, sob coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, configura-se como um espaço para a difusão de informações e conhecimentos, com a finalidade de estimular a inovação, a competitividade, e a inserção das MP e EPP no mercado globalizado.

Os Telecentros de Informação e Negócios contam com um modelo padrão, que consiste em “[...] unidades físicas com computadores conectados à rede mundial de computadores, com acesso a sites com conteúdos específicos para negócios e com educadores capacitados para inserir o micro e pequeno empreendedor na era digital” (PORCARO, 2006, p.38).

Projeto Cidadão Conectado: computador para todos

Com o propósito de promover à inclusão digital as classes sociais menos favorecidas da população brasileira (renda entre três e dez salários mínimos), o Projeto Cidadão Conectado: computador para todos instituído no Decreto Nº 5.542, de 20 de setembro de 2005, estabelece a oferta de micro-computadores com acesso à internet em condições de pagamento facilitadas e garantia de suporte técnico.

Com um preço estabelecido em no máximo de R\$ 1.200,00⁴ para computadores de mesa e R\$ 1.800,00⁵ para portáteis, o Computador para todos poderá ser adquirido em até 24 vezes, com acréscimo de 2% de juros ao mês, e deve obrigatoriamente utilizar software livre.

Computadores para a Inclusão

Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Projeto Computadores para a Inclusão prevê que o Governo Federal em conjunto com diferentes parcerias crie uma rede nacional de recondicionamento de equipamentos de informática, adquiridos por doação, que têm por destino final telecentros comunitários, escolas e bibliotecas públicas, entre outras entidades que visam à inclusão digital.

Kits Telecentros

Diante da realidade brasileira, onde boa parte da população não possui condições financeiras de adquirir equipamentos tecnológicos e de ter acesso doméstico à internet, os Telecentros Comunitários assumem papel fundamental para inserção dos indivíduos marginalizados na

³ Fórum criado em 2000, com objetivo de formular estratégias para as MP e MPP, é presidido pelo Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com participação de 57 entidades e representação e 50 órgãos de Governo (BRASIL, 2006a).

⁴ Valor na data de criação.

⁵ Valor na data de criação.

sociedade da informação. Com finalidade de redução da exclusão digital e social, esse espaço público, sem fins lucrativos, é equipado de computadores com conectividade à web e recursos humanos capacitados para alfabetização digital/informacional.

Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)

Concebido com o intuito de introduzir as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) no ambiente do ensino público fundamental e médio brasileiro, para dar apoio ao processo pedagógico de ensino-aprendizagem, o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) foi criado em abril de 1997, sob coordenação do Ministério da Educação.

Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)

Sob coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, os Centros Vocacionais Tecnológicos foram concebidos como espaços de difusão do conhecimento científico e tecnológico. Atuando como unidades de ensino profissionalizante, tem por ideal “[...] proporcionar a educação continuada, incentivar, articular e promover o desenvolvimento de empreendedorismo por meio da capacitação e/ou atualização tecnológica gerencial, através da ampliação de pontos de acesso ao conhecimento em ciência e tecnologia”.

Pontos de Cultura – Cultura Digital

Com o intuito de resgatar, preservar, fomentar e divulgar manifestações culturais das diversas regiões do país, o Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, instituiu o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Concebido como principal linha de ação do Cultura Viva, os Pontos de Cultura visam “potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade” (BRASIL, [2004], p.17), que são selecionadas via edital público.

Programa Computador portátil para professores

Destinado a professores da educação básica, profissionalizante e superior do ensino público e privado brasileiro, credenciados no MEC, o Programa Computador portátil para professores regulamentado pelo decreto Nº 6.504, de 4 de julho de 2008, prevê o fomento da inclusão digital desse segmento através da aquisição facilitada de notebooks via financiamentos e empréstimos.

Quiosque do Cidadão

Iniciado no ano de 2002, sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, o projeto de Quiosque do Cidadão tem uma metodologia simples, porém eficaz, já que atende a baixo custo comunidades carentes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Desenvolvido com a premissa básica de que somente a disponibilização de computadores e de acesso à internet não são suficientes para promover a inclusão digital, o projeto conta com um sistema computacional de interface simples, apresentando facilidades que auxiliam o usuário na sua utilização. Trabalhando com conteúdos informativos pertinentes a esse público, como prevenção ao uso de drogas, educação sexual, orientação profissional, educação ambiental.

Territórios Digitais

Concebido como uma iniciativa do Programa Territórios da Cidadania⁶, o projeto Territórios Digitais é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), via Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e consiste em Casas Digitais de acesso público, equipadas com computadores com acesso à internet, em assentamentos, escolas agrícolas e sindicatos.

Estação Digital

Criado em 2004, através de um trabalho conjunto entre Fundação do Banco do Brasil (FBB), organizações sem fins lucrativos e entidades públicas, o programa Estação Digital tem por premissa básica promover a infoinclusão, através de um espaço, que além de oferecer o acesso às tecnologias da informação e comunicação, propicia o ferramental educativo para o seu uso.

Telecentros Banco do Brasil

Voltado para o desenvolvimento de telecentros em comunidades de baixa renda e localidades de difícil acesso, o programa de inclusão digital do Banco do Brasil teve início com o processo de modernização de seu parque tecnológico. Através da doação de microcomputadores e de treinamento de monitores.

⁶ Voltado para comunidades agrícolas, indígenas e quilombolas, o Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo o desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos sociais dessas localidades, através de diferentes programas sociais ofertados pelo Governo Federal. Fonte: www.territoriosdacidadania.gov.br

Um computador por aluno (UCA)

Ação conjunta entre Ministério da Educação e Casa Civil, o Projeto Um Computador por Aluno (UCA) consiste na distribuição de um computador portátil para alunos e professores da educação básica, visando à inclusão digital, e a inovação das metodologias de ensino.

Centros de Inclusão Digital

Sob responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS), os Centros de Inclusão Digital compõe-se como uma das ações em inclusão digital do Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por “objetivo promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para inclusão social dos cidadãos brasileiros”.

Espaço SERPRO Cidadão

Implantado em 2002, sob coordenação do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o projeto Espaço SERPRO Cidadão foi concebido como um local de acesso comunitário, composto por equipamentos tecnológicos, conectividade à internet e apoiado pela orientação de monitores. Com o objetivo promover a interação entre indivíduos excluídos digitalmente – com prioridade a estudantes do ensino público, e a tecnologia da informação e comunicação, o projeto atende a comunidades situadas nas dez regionais da SERPRO.

Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID)

Implementado pelo Ministério do Planejamento e Gestão, o Observatório Nacional de Inclusão Digital foi desenvolvido centrado no intuito de mapear as ações em inclusão digital em todo país, por meio de cadastro de telecentros e disseminação de informações, documentos, experiências de sucesso, manuais, diretrizes da área de infoinclusão, organizados em uma base de dados de referência.

Os programas de inclusão digital no âmbito federal sob a perspectiva das concepções da competência informacional

Para um melhor entendimento optou-se por enquadrar os programas de inclusão digital de forma conjunta por compartilharem características inerentes as concepções da competência informacional, ressaltando que as particularidades de cada programa serão apresentadas. Ainda, cabe observar que as concepções apresentadas por Dudziak para a competência informacional não são excludentes, ou seja, a segunda concepção contempla características da primeira

concepção, porém sua ênfase é dada à outra característica própria que não é inerente a anterior, como também a terceira concepção abarca características das anteriores, mas a sua ênfase é dada a uma característica pertencente somente a ela. Desse modo, os programas foram categorizados de acordo com as ênfases de cada concepção, assim cada um foi citado somente em uma das três concepções conforme segue:

Inclusão Digital: ênfase nas tecnologias de informação e comunicação

Considera-se que a partir do momento que priorizam a disponibilidade de equipamentos tecnológicos, oferecem conexão de acesso a rede, e a capacitação no uso das máquinas e aplicativos da Internet, os programas inseridos nessa categoria formalizam o primeiro passo para a inserção dos indivíduos excluídos na sociedade da informação. Apesar de estarem incluídos na mesma categoria, os programas de inclusão digital do Governo Federal diferem-se sob duas vertentes: (a) por oferecer espaço público de uso coletivo, dotado de equipamentos tecnológicos e recursos humanos para a capacitação ao uso destes; e (b) por facilitar a aquisição de computadores de forma facilitada individualmente. Assim, os programas podem ser categorizados com foco em:

a) Capacitação e oferecimento de infra-estrutura tecnológica de uso coletivo:

- Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC);
- Computadores para a Inclusão;
- Kits Telecentros;
- Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo);
- Pontos de Cultura – Cultura Digital;
- Telecentros Banco do Brasil
- Centros de Inclusão Digital; e
- SERPRO Cidadão.

b) Oferecimento de equipamentos tecnológicos de forma individualizada:

- Cidadão Conectado – um computador para todos;
- Programas Computador portátil para Professores; e
- Um Computador por Aluno (UCA), sendo que diferentemente dos dois citados acima, a aquisição do computador não é feito por compra, mas sim doação.

Inclusão Informacional: ênfase nos processos cognitivos

Entende-se que os programas inseridos nessa categoria objetivam a capacitação intelectual e inserção social dos indivíduos, por meio da apropriação tecnológica/informacional de conteúdos mais complexos referentes à sua realidade. Nessa classe enquadram-se três dos 19 programas analisados, sendo eles:

- Centros Vocacionais Tecnológicos: por abordar conteúdos informativos com maior profundidade – como empreendedorismo, visando à difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- Territórios Digitais: por instruir os indivíduos da própria comunidade a administração da Casas Digitais, por meio de conteúdos de gestão; e
- Programa Estação Digital: por capacitar os indivíduos da própria comunidade a atuarem como educadores sociais, abrangendo desde conteúdos básicos – como navegação na internet, a conteúdos mais densos – introdução a Sociedade da informação e Governo Eletrônico.

Inclusão Social: ênfase na construção da cidadania

Uma vez que objetivam ampliar a cidadania a partir do usufruto das TICs, os programas de inclusão digital incluídos nessa categoria incorporam a disponibilização de infra-estrutura tecnológica, fornecem conectividade à internet, instruem seus usuários na utilização das TICs e englobam o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos de uso da informação para a resolução de problemas locais e sociais. Ademais, os programas de inclusão digital compreendidos na concepção inclusão social da competência informacional, diferem-se somente em relação ao segmento de indivíduos que atendem, abrangendo assim conteúdos específicos às necessidades de cada comunidade. Assim nessa concepção da competência informacional incluem-se cinco dos 19 programas categorizados, sendo eles:

- Casa Brasil: apesar de não possuir um público alvo segmentado, esse projeto apresenta-se com uma infra-estrutura completa de equipamentos e recursos humanos capacitados para mobilizar o exercício da cidadania dos indivíduos que atende;
- Maré – Telecentros de Pesca: atua com o intuito de inserir o segmento pescador artesanal brasileiro na sociedade da informação, por meio do uso intenso das TICs;
- Telecentros de Informação e Negócio (TIN): proporciona ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, a alfabetização digital, a capacitação empresarial e tecnológica, e utiliza-se dos recursos do Telecentro para modificar o perfil de seus usuários de consumidores de informação, para produtores e disseminadores de conhecimento; e

- Quiosque Cidadão: atua em comunidades da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, por meio da presença de um Telecentro que atua provendo conteúdos específicos a essa comunidade.

ONID: um caso a parte

Por se tratar de uma ferramenta de acompanhamento e mensuração das iniciativas em inclusão digital, como também disseminador de informações por meio de banco de referência, o ONID não se enquadra em nenhuma das categorizações da Competência Informacional apresentadas por Dudziak. Porém, devido a sua importância como instrumento de gestão, esse programa está incluído no Portal de Inclusão Digital do Governo Federal, e por esse motivo foi apresentado neste estudo.

Considerações finais

Considerando que a carência de tecnologia e a deficiência da educação, procedentes de problemas sócio-econômicos, são fatores limitantes para a efetividade do governo eletrônico brasileiro, essa pesquisa enfatizou a perspectiva da sinergia entre inclusão digital e competência informacional como elementos essenciais ao estabelecimento de um serviço público mais completo e ágil, ao alcance de todos. Visto isso, este estudo teve como objetivo principal mapear as iniciativas públicas em inclusão digital na esfera federal nos últimos dez anos, sob a óptica das três concepções da competência informacional: inclusão digital, inclusão informacional e inclusão social.

Com base no referencial teórico, foi possível conhecer com maior profundidade a sinergia inerente a inclusão digital e a competência informacional, e reafirmar o potencial desses elementos para o exercício pleno da cidadania, quando explorados de forma integrada.

Considerando questões regionais e econômicas, evidenciou-se que o Governo Federal, em 58% dos programas analisados está investindo intensamente em inclusão digital sob a perspectiva do conceito mais simples de competência informacional, oferecendo à sociedade brasileira a possibilidade do acesso as tecnologias, e a capacitação necessária para a sua utilização, principalmente por meio da criação de telecentros comunitários e a aquisição individual, com a redução dos custos de compra de computadores.

Percebe-se então o destaque nas ações com ênfase nas TICs “ferramentas”, sobre os “processos cognitivos” e a “construção da cidadania”. Isso significa que está-se criando ferramental e não inteligência para ao uso. Assim, fica claro a importância de todos os setores da sociedade estarem envolvidos em articular ações que priorizem o desenvolvimento de um processo educativo, no sentido de transformar os indivíduos de consumidores de informação para produtores e disseminadores do conhecimento, por meio do uso intensivo das TICs.

Portanto, conclui-se que, muitas das ações apresentadas já beneficiaram muitos brasileiros, que cada vez mais estão conseguindo inserir-se na era digital, porém ainda há muito se fazer para possibilitar as camadas menos favorecidas da sociedade desenvolverem competências necessárias para o uso efetivo da informação, como recurso para o exercício da cidadania.

Artigo recebido em 05/01/2009 e aprovado em 30/03/2009.

Referências

ALBUQUERQUE, Heloísa Helena Fernandes Soares de. *Inclusão digital para a redução de desigualdades sociais: a apropriação e o uso das tecnologias da informação para a atuação cidadã*. 2005, Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais.

BARRETO, Aldo Albuquerque. A condição da informação. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.16, n.3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibict/condicao.htm>>. Acesso em 10/05/2008.

BRASIL. Comitê Executivo do Governo Eletrônico. *Dois Anos de Governo Eletrônico: Balanço de Realizações e Desafios Futuros*. Brasília, 2002. Disponível: <www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90balanco_2anos_egov.pdf> Acesso em 15/09/2008.

_____. Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2007*. 2008b. São Paulo. Disponível em: <<http://www.cetic.br/>>. Acesso em 01/11/2008.

_____. Comitês Técnicos de Governo Eletrônico. *Relatório Consolidado*. Brasília: 2004a. Disponível: <www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/diretrizes-de-governo-eletronico> Acesso em 15/09/2008.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). 6.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Decreto N° 5.542, de 20 de setembro de 2005. Disponível em <http://www.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2005-1/20050921_04>

_____. Decreto N° 6.504, de 4 de julho de 2008. Institui o Projeto Computador Portátil para Professores, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6504.htm>. Acesso em 10/09/2008.

_____. Grupo de Trabalho Novas Formas Eletrônicas de Interação. *Proposta de Política de Governo Eletrônico*. Brasília, 2000. Disponível: <http://www.governoeletronico.e.gov.br/arquivos/proposta_de_politica_de_governo_eletronico.pdf> Acesso em 15/08/2008.

_____. Ministério da Casa Civil. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. *Projeto Casa Brasil*. Brasília, 2004b. Disponível em:

<http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Casabrazil/Documentos/casabrazil_projeto.pdf>. Acesso em 30/07/2008.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Sociedade de Informação no Brasil*: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. Ministério das Comunicações. *Ações Governamentais em inclusão digital: análise de utilização do FUST*. Brasília, 2006b. Disponível em: <www.mc.gov.br/sites/700/719/00000253.pdf>. Acesso em: 30/07/2008.

_____. Ministério das Comunicações. *Cartilha do programa GESAC*. Brasília, 2007a. Disponível em: <www.idbrasil.gov.br>. Acesso em 30/07/2008.

_____. Ministério das Comunicações. *Recomendações para a montagem de telecentro*. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/sites/700/719/00002067.pdf>>. Acesso em 20/08/2008.

_____. Ministério da Cultura. *Cultura Viva*: programa nacional de Cultura, Educação e cidadania. Brasília, [2004]. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/documento_culturaviva_1114202168.pdf>. Acesso em 20/09/2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Telecentros de Informação e Negócios: o desafio da inclusão digital da microempresa e empresa de pequeno porte*. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/_arquivos/arq1164203504.pdf>. Acesso em 20/07/2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Projeto Computadores para a Inclusão*. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br/anexos/Projeto_CI-Nov2007.pdf>. Acesso em 30/07/2008.

_____. Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/portaria-156-de-2004.pdf>>. Acesso em 20/09/2008

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Projeto Inclusão Digital de pescadoras e pescadores artesanais: Maré – telecentro da pesca*. Brasília, 2004c. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/telecentro/projeto.pdf>>. Acesso em 30/07/2008.

BORGES, Jussara. *Inclusão digital e governo eletrônico: conceitos ligados pelo acesso a informação*. 2005, Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

CORRÊA, Rômulo de Amorim. *A construção social dos programas públicos de inclusão digital*. 2005. 168p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília (UNB), Brasília.

DE LUCA, Cristina. O que é inclusão digital. In: CRUZ, Renato. *O que as Empresas Podem Fazer pela Inclusão Digital*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. Disponível em: <<http://www.cdicampinas.org.br/docs/inclusaodigital.pdf>>. Acesso em 15/10/2008.

DUDZIAK, E. A. *A information literacy e o papel educacional das bibliotecas*. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00004727/01/DUDZIAKCi.Inf-2004-156.pdf>>. Acesso em 20/08/2008.

FERREIRA, Sueli Mara Pinto Soares, M. P. S.; DUDZIAK, Elizabeth A.. A. La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario de programas nacionales de información y / o inclusión digital. In: *World Library and Information Congress: 70 th. IFLA General Conference and Council, 2004, Buenos Aires. IFLA 2004. Buenos Aires : IFLA, 2004*. Disponível em: < <http://www.ifla.org/IV/ifla70/papers/157s-Pinto.pdf>>. Acesso em 20/08/2008.

FIALHO, Janaina Ferreira. *A formação do pesquisador juvenil: um estudo sob o enfoque da competência informacional*. 2004. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. *Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro.

PORCARO, Rosa Maria. *Tecnologia da Comunicação e Informação e Desenvolvimento: Políticas e Estratégias de Inclusão Digital no Brasil*. Texto para Discussão n° 1147. Rio de Janeiro: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1147.pdf>. Acesso em 20/07/2008.

RONDELLI, Elizabeth. Quatro passos para a inclusão digital. *Revista I-Coletiva*, Rio de Janeiro e São Paulo, ano 1, n. 5, 2003. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm>>. Acesso em 15/10/2008.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro. n. 25, p. 5-17, jan./abr., 2004.